

A lição da França

10. IV. 52

RAUL PILLA

ESTA' dando a França ao mundo e, muito principalmente, à América, grande lições de democracia. Já tenho feito notar que muito defeituoso é o sistema parlamentar ali adotado, o qual, pelas dificuldades opostas à dissolução do parlamento, se diria antes govêrno convencional, ou de assembléia. Desta circunstância, que reduz grandemente a responsabilidade política da representação nacional, decorre a tão malsinada instabilidade dos gabinetes naquele país, a qual tanto assusta aos que do govêrno têm uma concepção antes autoritária, do que democrática.

Pois, que estamos vendo agora, em França, com Antoine Pinay? Apenas isto: longe de evitar as tempestades, como navio que se põe à capa, o atual govêrno francês não somente as afronta, mas também as busca. Em poucas semanas de existência, formulou várias vêzes a questão de confiança, sem que uma só vez fôsse do Parlamento a iniciativa. Ainda agora, apresentou nada menos que uma série de dez moções de confiança. Dir-se-ia um govêrno tomado de furor suicida. Entre os projetos do gabinete, que constituíram a matéria de tais moções, dois havia que antes haviam sido rejeitados: o relativo a uma economia orçamentária de cento e dez biliões de francos e o concernente à anistia fiscal. Pois, apesar disto, a maioria, que poderia facilmente e sem o menor risco derribar o govêrno, acabou aprovando-os.

E' que a Assembléia Nacional se viu ante uma tremenda responsabilidade. Quem substituiria Antoine Pinay no govêrno, se éle de fato inspirava confiança à Nação? Deitar ao chão um govêrno, é coisa fácil no atual regime francês, como o foi no anterior ao de Vichy; mas se torna empresa espinhosa se a maioria que o destruiu tem a obrigação de constituir um govêrno capaz de resolver as questões que aquêle se propunha resolver. Aí está a causa da presente estabilidade de Pinay; e aí está também porque, em vez de procurar evitar a queda com transigências e concessões, éle, como animoso general, a provoca e arrosta.

Já se diz ser Pinay o homem «forte da França». E o é, realmente. Mas a sua fortaleza repousa unicamente na confiança da nação e estará sempre à mercê de um simples voto de desconfiança. E' que, se permite governos fortes, tão fortes como os que mais o possam ser numa democracia, exclui terminantemente o sistema parlamentar os governos de fôrça.

Compreenderão a diferença os nossos presidencialistas?